

UMA ARTICULAÇÃO ENTRE O CONCEITO DE TRAUMA E O DE MEMÓRIA SOCIAL: a elaboração da experiência traumática

*Flavia de O. Friedl**
*Francisco Ramos de Farias***

RESUMO:

Aborda-se, neste artigo, a posição do sujeito em relação à experiência traumática, considerada em seus efeitos integradores e desintegradores. Para tanto, recorre-se à noção de trauma extraída do pensamento freudiano, bem como às suas reformulações, para enfim abordar as consequências das grandes catástrofes sociais na esfera da experiência individual. Parte-se do pressuposto de que o trauma é um excesso de intensidade que transborda no psiquismo, rompendo os limites relativos à representação, razão pela qual contém um resto indizível. Conclui-se que pela produção de uma escrita, entre outras possibilidades, o sobrevivente de uma catástrofe pode elaborar uma experiência traumática pela construção de memória, fazendo a passagem de condição de imagem recorrente à representação.

PALAVRAS-CHAVE: Trauma. Violência. Catástrofe. Elaboração. Memória Social.

* **Flavia de O. Friedl.** Especialista em Clínica Psicanalítica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

** **Francisco Ramos de Farias.** Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Introdução

Assistimos no século XX a dedicação de estudiosos de vários campos do saber no âmbito do estudo do trauma, especialmente em duas vertentes: ora este sendo considerado como uma maneira de o sujeito apropriar-se dos acontecimentos de sua história; ora, um modo de representação do passado. Não obstante, nas últimas décadas desse mesmo século, os estudos sobre o trauma ampliaram-se para reflexões coletivas que vão além das questões voltadas apenas para o sujeito na sua individualidade. Isso não quer dizer que foram perdidas as fronteiras entre o individual e o coletivo, apenas constatou-se que a experiência individual traz as marcas da submissão à violência coletiva. Assim, o sujeito retrata uma memória dolorosa que concerne ao fato de pertencer a uma dada comunidade.

O resultado da ampliação dos efeitos do trauma demonstra que esse tipo de experiência se impõe como um fenômeno bastante frequente no mundo contemporâneo. Em certo sentido, como uma experiência da qual o sujeito não tem meios de escapar. Sendo assim, os acontecimentos representam um tipo de passado doloroso que pode ressurgir, de forma violenta, colocando à prova as defesas de cada um e exigindo cada vez mais a produção de recursos para manejar as situações da vida. Com isso, o estado de desamparo se agudiza de duas maneiras. Existem situações nas quais a realidade não é reconhecida em termos de sua gravidade e outras em que, mesmo havendo reconhecimento, o homem ainda encontra-se em uma situação de precariedade, visto não dispor de tempo para elaborar mecanismos protetores que minimizem seu estado de vulnerabilidade, pois é provável que, nessas circunstâncias, o sujeito “não se identifique com a representação, nem como o irrepresentável. Trata-se daquilo que limita o êxito de qualquer prática representativa” (BUTLER, 2009, p. 180). Nesse sentido, é preciso que o sujeito crie uma história para sua vida e se reinvente constantemente.

Poderíamos afirmar que as grandes transformações do século XX e os grandes acontecimentos marcados pela violência colocaram em xeque determinados limites humanos? Não resta a menor dúvida de que conviver com as sequelas e os escombros produzidos pela violência, em sua vertente disjuntiva, requer do homem condições específicas em termos de seu funcionamento psíquico. A necessidade de inventar dispositivos para o confronto com uma ameaça contínua – em relação à qual não é mais possível localizar a fonte – deixa o homem dos dias atuais em um estado de perdição, seja em relação à impossibilidade de avaliar as consequências do progresso científico, seja pelo fato de ser obrigado a conviver

com efeitos pós-traumáticos de situações que ainda permanecem não elaboradas por serem irrepresentáveis e, assim, permanecem como imagens das quais o sujeito não consegue um mínimo distanciamento.

Vendo a questão por esse ângulo, podemos argumentar que dada a velocidade com que o sujeito é confrontado com determinadas situações de perda, por esta não se tornar objeto de luto, muitas vezes é desrealizada. Dito em outras palavras: observa-se, em nossos dias, um estado de indiferença do qual resulta a apatia do homem em relação ao sofrimento humano, assim como em relação à morte, que é banalizada. Disso resulta um medo difuso, cujo resultado imediato é a desumanização que o homem produz tanto de si mesmo quanto dos demais. Esse medo concerne à violência que é própria da vida em comunidade, pois “a violência é um elemento de base que constitui a vida em sociedade sob a égide do que denominamos de luta” (MAFFESOLI, 2009, p. 9). Trata-se, nesse sentido, de uma potencialidade que tanto pode ser empregada para fins destrutivos quanto na estruturação de certos aspectos do laço social. Assim, consideramos a violência – e mesmo a experiência traumática – como a possibilidade de o sujeito mobilizar-se para engendrar meios no sentido de garantir condições mínimas de sobrevivência, seja pela “política de reparação, política do testemunho e política de prova. Nesses três casos, o trauma não é apenas a origem do sofrimento, mas também é um recurso graças ao qual pode-se fazer valer um direito” (FASSIN; RECHTMAN, 2007, p. 23).

Entender a experiência traumática em sua vertente estruturante não é apenas uma manobra teórica, visto tratar-se de um fundamento ético. Uma vez afirmada a dimensão positiva dos efeitos do trauma, pode-se reconhecer as posições subjetivas e a implicação social de seus agentes (traumatizante e traumatizado). Queremos salientar, com isso, que o trauma pode ser compreendido com o surgimento de uma lembrança no instante de ameaça para o sujeito, isto é: a memória do traumatizado, via de regra, anuncia a história dos vencidos, mas não o seu silêncio. Sendo assim, o traumatizado pode empreender em ecos a atualização de sua experiência, buscando produzir escritas, em termos de elaboração, para distanciar-se o quanto seja possível das agruras concernentes à violência sofrida.

Sabe-se que nem sempre o sujeito dispõe de condições de produzir essa escrita tão logo se livre da situação violenta. Muitas vezes é preciso um distanciamento temporal ou mesmo a invocação de uma amnésia antes da postura voltada para o inventar dessa escrita, quando é possível fazê-lo. Eis o que Pollak (1990) denomina *gestão do indizível*, ou seja, a ação do sujeito ante os vestígios de uma experiência que é narrada de forma lenta, dada a

intensidade dolorosa do reencontro do sujeito com esse passado-presente. Certamente, o silêncio de algumas pessoas em relação a algum tipo de experiência vivida demonstra uma postura de esquecimento que, momentaneamente, é necessária. Isso, porém, não quer dizer um apagamento definitivo, mas um distanciamento temporal para produzir condições no sentido de ser possível transformar a experiência traumática em uma narrativa histórica. Desse modo, a memória de uma experiência, seja pela recordação ou pelo esquecimento, é o paradigma da experiência traumática por dois motivos. Em primeiro lugar, essa memória é construída no ponto extremo da violência, quer dizer, em seu aspecto irrepresentável. Em segundo lugar, essa memória, mesmo que seja o esquecimento, corresponde a um tipo de elaboração cujo silêncio atesta precisamente a intensidade do acontecimento traumático.

Há, a esse respeito, uma linha de raciocínio muito interessante: o acontecimento coletivo violento converte-se em trauma que se inscreve na experiência individual, mas é o sofrimento individual que comprova a dimensão traumática do acontecimento coletivo. Por essa razão, a experiência traumática aciona sempre um dispositivo de elaboração e não só o aniquilamento. Contudo, sabe-se que nem sempre o sujeito dispõe de condições mínimas para encarregar-se desse processo, podendo mesmo sucumbir, de forma irreversível, à violência da experiência traumática. Existem aqueles que conseguem, a duras penas, reunir forças e deixar ao mundo o legado de sua travessia pela situação violenta, tentando colocar em palavras o que é da ordem do indizível e do irrepresentável, como fez Primo Levi (2004).

É na aposta dos sobreviventes de traumas sociais que nos enveredamos neste estudo, no sentido de entender a utilização de recursos (mesmo que sejam mínimas filigranas) dos quais o sujeito lançou mão com a finalidade de deixar seu testemunho do horror vivido em termos de experiência traumática. Consideramos o relato testemunhal como a produção de provas de vida que, de forma nua e crua, relatam a passagem pelo desfiladeiro que aproxima o homem da morte, seja no tocante ao perecimento, seja no presenciar de formas de desumanização que têm lugar em certas experiências humanas.

Quando falamos de elaboração da experiência traumática, devemos fazer um esclarecimento. Em primeiro lugar, estamos aludindo à possibilidade de elaboração daquilo que é passível de ser elaborado, pois sabemos que a experiência traumática contém em si um núcleo da ordem do indizível que dificilmente será transposto em palavras ou imagens. Trata-se de um excesso que transborda no âmbito da cadeia de associação psíquica, sem ser engendrado em termos de representações. O que pode acontecer com esse excesso? Teríamos a esse respeito várias respostas: pode permanecer intocável e imutável; pode sofrer desgaste

com o passar do tempo e perder sua intensidade dolorosa e, finalmente, ser transformado em representações e integrado à cadeia de associações psíquicas.

Em segundo lugar, o núcleo irrepresentável mobiliza o sujeito à ação para produzir meios de elaboração. Assim, novas configurações são construídas para a experiência traumática. Com isso, cada vez que o sujeito forja um novo cenário para a experiência vivida, mais dela se distancia, podendo vislumbrá-la como uma representação, uma vez que é possível o esquecimento e não apenas o silêncio forçado. Sabemos, todavia, que nem sempre esse destino é possível, dadas as consequências produzidas pelo trauma em termos do aniquilamento do sujeito e da acentuação de seu estado de desamparo, seja pela vulnerabilidade ou pela precariedade de suas condições psíquicas.

Em terceiro lugar, existem certas experiências traumáticas que atravessam o tempo devido à intensidade daquilo que Zizek (1992) denomina núcleo duro – um tipo de relicário que persiste e não se reduz a um mero jogo especular –, sendo que a única maneira de aproximação a esse núcleo duro é o sonho. Assim, o sonho pode ser entendido como um mecanismo de elaboração, uma narrativa considerada como uma espécie de criação, ou seja, a produção de uma memória que possibilite minimamente a distância do sujeito em relação à experiência traumática.

Em quarto lugar, determinados fenômenos sociais são verdadeiros traumas sem precedentes. São acontecimentos em relação aos quais seus mentores e realizadores pretendem produzir mortes sem deixar qualquer tipo de vestígio, como a indústria da morte produzida no século XX, nos campos de concentração, e que são, ainda na atualidade, tidas como circunstâncias da ordem do indizível. Por isso mesmo, são também situações de alta intensidade traumática, uma vez que verteram-se em “um trauma sem medida na civilização, ferindo as entranhas, virando o mundo de cabeça para baixo” (FUKS, 2006, p. 32).

No extermínio, ainda muito recente, propalado pela Segunda Guerra Mundial, tem-se não uma atitude bélica para oferecer aos homens segurança e garantia de suas próprias vidas, mas a prática de estratégias e táticas refinadas de crueldade que se consolidaram em um tipo de violência destrutiva, que visava à matança de civis justificada por um tipo de lógica perversa. Essa ação destrutiva deixou rastros indelévels até os dias atuais, nos quais a geração que esteve à frente da situação transmitiu para seus descendentes. Na verdade, foi transmitido o núcleo duro da experiência que se manteve e ainda se mantém, para alguns, incompreensível.

Poderíamos afirmar – à luz dos acontecimentos que presenciamos diretamente ou por tabela – que estamos na era do trauma no seio da civilização. Com relação a esse aspecto, retomamos as ideias freudianas acerca do mal-estar para refletirmos sobre um aspecto muito particular de nossos tempos: a exposição contínua do homem contemporâneo à violência e as catástrofes produzidas pelas mãos do próprio homem ultrapassam, em grau considerado, o mal-estar provocado pelo processo civilizatório (FREUD, 1930). Essa exposição inevitável faz desmoronar a capacidade do sujeito, tornando-o vulnerável, ou seja, incapaz de se posicionar diante de um evento transbordante e inesperado. Daí porque os acontecimentos do mundo atual potencializam-se em verdadeiros traumas, muitos dos quais mantêm o sujeito em verdadeiro estado de choque, paralisado e impotente. Esses são alguns dos destinos que o sujeito pode dar à violência da situação traumática no contexto do processo de elaboração, em que as marcas de uma experiência são alçadas ao esquecimento para serem acondicionadas em representações e, quando possível, integrarem-se à rede de associações psíquicas.

O presente estudo visa a tecer considerações sobre a elaboração da experiência traumática, fora do âmbito do contexto clínico, como construção de memória. O objetivo é compreender a elaboração traumática como a produção de um relato que se transforma em narrativa no que diz respeito acerca do que há da ordem do irrepresentável na experiência, articulando o conceito de trauma ao de memória social. Com isso, pretendemos situar os efeitos da experiência traumática, no âmbito psíquico, para entendermos de que forma o sujeito pode construir mecanismos de significação que possibilitem uma via criativa. Além disso, esperamos analisar as consequências do trauma no processo de construção da memória social, uma vez que o processo de elaboração da experiência traumática em qualquer grau pode ser considerado a produção de um saber que tanto acontece em uma análise quanto em situações de vida nas quais o sujeito é alçado à condição de autor de uma narrativa que retrata momentos de sua vida.

Abordaremos inicialmente o conceito de trauma no âmbito do pensamento freudiano, destacando seus efeitos estruturantes na constituição da subjetividade e seus efeitos desintegradores quando a experiência impossibilita qualquer nuance de resposta, ficando como um corpo enquistado no psiquismo sem elaboração. Em seguida, buscaremos entender como ocorre a elaboração de aspectos de uma experiência traumática, de modo que aquilo que é da ordem de uma percepção recorrente pode ser transformado em lembrança. Por fim, recorreremos à escrita de pessoas que passaram por situações extremas e que, em algum momento, tomaram a decisão de deixar registros na forma de testemunho. Nesse sentido,

tentaremos demonstrar como o indizível de uma experiência traumática pode verter-se em construção de arranjos subjetivos em termos de memória.

A experiência traumática, no pensamento de Freud (1916) é definida como consequência da exposição forçosa a um tipo de violência, que, por ser de grande intensidade, pode não permitir qualquer modalidade de representatividade para ser elaborada, pelo menos em um primeiro momento. O trauma, por ser um evento transbordante, produz fraturas no psiquismo, ou como assinala Seligmann-Silva (2000, p. 84), pelo fato de colocar à prova a capacidade de recepção como “um evento que vai além dos limites da nossa percepção, torna-se sem forma”. A possibilidade de pensarmos o trauma como um conteúdo sem forma deve-se, sobretudo, ao excesso transbordante que esgarça ou mesmo destitui qualquer limite de contorno. Por outro lado, quando é possível a produção de bordas no conteúdo da experiência traumática, isso significa que, minimamente, houve elaboração.

Mas o que sinaliza o elaborável e o não elaborável? Certamente são os aspectos que forjaram a história do sujeito, ou seja, seus arranjos subjetivos, que possibilitam uma via ou outra. Sendo assim, a possibilidade de o trauma poder ter efeitos integradores ou desintegradores depende não apenas de sua intensidade, mas das condições psíquicas do sujeito uma vez exposto à violência da situação. Com isso, queremos sinalizar que o estado de desamparo traduzido em vulnerabilidade e precariedade tanto pode ser considerado como um aspecto negativo, por inviabilizar ao sujeito engendrar mecanismos defensivos, quanto pode ter um efeito positivo, na medida em que o estado de precariedade funciona como uma barreira em termos da construção de laços solidários. A precariedade, uma vez reconhecida, faz com que o homem consiga drenar ou abafar sua potência destrutiva em relação ao semelhante, firmando assim laços de solidariedade.

Nesse sentido, estamos alertando que mesmo em situações extremas o trauma opera de duas maneiras: a) servindo de alerta para que o sujeito se engaje em alternativas criadoras para superar a situação, em termos do disparo de mecanismos na construção de memória, sendo esse seu caráter estruturante e positivo; b) quando a situação é de natureza devastadora, muitas vezes, causa uma verdadeira impotência e inibição, dificultando ou impedindo o processo de elaboração. Nesse caso, outras exigências são postas ao sujeito no sentido da produção de mecanismos de significação, que podem ser imediatos ou levarem um grande tempo para exibir seus efeitos.

Tanto em uma situação quanto em outra, tem-se como efeito da experiência traumática a quebra da continuidade psíquica que produz um tipo de fratura. Nas palavras de

Farias (2008, p. 101), essa fratura consiste em “um resto de natureza não simbolizável, o trabalho de elaboração será constante: os registros de memória se rearranjam para encontrar um signo de percepção [...]” que confira sentido ao traço que foi escrito, porém, não fixado. Certamente os arranjos de memória que são produzidos dependem de vários fatores, entre os quais, a intensidade da experiência traumática e as condições em que o sujeito se encontra.

Cabe então contextualizar a experiência traumática como a expressão de uma situação de extrema violência em relação à qual o homem responde de diferentes maneiras: a) construindo condições para elaborá-la em termos da passagem da impressão recorrente à lembrança, e b) experimentando um estado de impotência quando não dispõe de recursos mínimos para forjar rastros de memória que distanciem essa experiência do presente imediato. Isso dependerá dos “efeitos positivos de certos traumas na organização ou desorganização do psiquismo, pois a rememoração pode não acontecer devido ao núcleo da experiência traumática permanecer enquistado” (BRETTE, 2005, p. 70). Eis o que entendemos como fixação do trauma, que poderá permanecer em estado ininteligível ou transformar-se em arranjos de memória. Um ou outro destino dependerá tanto da intensidade da carga da experiência traumática quanto da estrutura forjada pelos arranjos subjetivos, no sentido do destino dado ao estado de desamparo.

Por ser da ordem de um excesso de investimento pulsional, existem aspectos da experiência traumática que escapam à representação e, na impossibilidade da elaboração, o rastro do trauma torna-se uma percepção recorrente, na qualidade de signo, o qual não foi configurado como um traço de memória. Por isso, esse signo não apresenta potencialidade de produzir sentido ou significação. Isso pode ser por período de tempo ou por toda a existência do sujeito. Em outros termos: existem sobreviventes de traumas que conseguem elaborar o efeito devastador dessa experiência em curto período de tempo, outros precisam de um intervalo maior e há aqueles que sequer conseguem. Não se sabe se, caso vivessem mais, teriam chances de produzir narrativas sobre a experiência vivida.

Contudo, em nossas análises, contamos com que o nos é disponibilizado por aqueles que sobreviveram e tiveram condições de tomar como incumbência a difícil tarefa de produzir uma escrita sobre suas vidas. Por esse motivo, o enfoque pretendido nessa reflexão centra-se numa abordagem de confronto e diálogo entre concepções de dois campos – a Psicanálise e a Memória Social –, no sentido de produzir uma metodologia a ser utilizada no desenvolvimento da questão acerca do modo como ocorre a elaboração da experiência traumática como construção de memória. Para tanto, lançaremos mão de narrativas na

literatura testemunhal para uma melhor compreensão dessa temática, conforme encontramos em Primo Levi (2004). Por tratar-se de testemunhos de cunho traumático, torna-se evidente que o essencial não pode ser apresentado de modo direto, pois o traumatismo psíquico, causado por uma catástrofe, expõe o homem a uma realidade difícil, que o coloca em vulnerabilidade.

A análise pretendida parte do pressuposto de que a imagem do passado produzida pela experiência traumática deixa no sujeito traços indeléveis, que não se desgastam com o passar do tempo. Isso quer dizer que dificilmente tais imagens são incorporadas a uma memória que possibilite apresentá-las sob a forma de rede de associações, conforme podemos depreender em uma narrativa. Queremos salientar que o sujeito que passa por tais experiências é constantemente acossado com a nitidez de imagens que atualizam constantemente a situação vivida. Não se trata da repetição da situação catastrófica e sim de sua atualização.

Como podemos constatar, passar por tais experiências tem suas consequências, principalmente no que concerne à possibilidade de elaboração. Portanto, o que se pretende é reconstruir o cenário da situação, posicionar seus atores e, enfim, transformar tais aspectos em uma história de vida. É o que se espera como mecanismos de descarga psíquica, com elaboração, condição necessária de continuidade à vida. Não obstante, nem sempre é possível a construção de uma memória da situação, mas, por outro lado, a tentativa de construí-la converte-se em um processo bastante salutar.

A experiência traumática

O viver impõe ao organismo determinadas exigências. Muitas vezes, no sentido de atendê-las, as formas de vida engajam-se em processos que as colocam em situações limítrofes em termos da capacidade de suportá-las. Eis o que acontece com a criatura humana que, desde seus primórdios, encontra-se exposta a um mundo repleto de situações difíceis e outras de cunho satisfatório. Porém, existem circunstâncias em relação às quais os dispositivos psíquicos não dispõem de elementos protetores, ou que tais elementos são precários, principalmente pelo fato de tratar-se de situações que rompem as barreiras protetoras do psiquismo e, assim, colocam o organismo em situação de quase impossibilidade de construção da memória da situação. Em certo sentido, “o fato de que possam nos causar danos, de que outros podem sofrer danos, de que nossa vida depende de um capricho alheio é motivo de

temor e de dor” (BUTLER, 2009, p. 14). Nesse caso, a tentativa de construir a memória da situação vivida converte-se em um processo bastante salutar. Como esse não é o único processo, outras possibilidades se apresentam, causando uma enorme sobrecarga ao psiquismo quando, minimamente, não há elaboração.

Sabe-se que a experiência traumática é decorrente de uma situação de extrema violência a que o homem foi submetido, diante da qual ocorre uma impossibilidade de elaboração da situação vivida que pode ser momentânea ou duradoura, dependendo tanto de variáveis relativas ao sujeito quanto dos aspectos da situação traumática. Eis o que decorre da exposição do homem, direta ou indiretamente, a situações que têm lugar no planeta e se convertem em ameaças à vida – como as armas químicas, para citar apenas um dos exemplos de possibilidades bastante temíveis. Obviamente, não estamos deixando de fora os acontecimentos sangrentos com os quais cotidianamente somos confrontados em tempo recorde graças aos recursos midiáticos, nem o estado irreversível de destruição do planeta que põe em xeque a vida.

Direta ou indiretamente o homem contemporâneo encontra-se no entrecruzamento de várias situações de natureza traumática, das quais dificilmente terá como se esquivar, embora tenha que viver apesar delas. Disso resulta, então, uma significativa transformação nas condições de vida, principalmente no campo dos fundamentos éticos. O certo é que o trauma produz fraturas no psiquismo, operando de duas maneiras: a) servindo de alerta para que o sujeito se engaje em alternativas criadoras para superar a situação, em termos do disparo de mecanismos na construção de memória, e b) quando a situação é de natureza devastadora, muitas vezes, o processo de elaboração não acontece de imediato e então outras exigências são postas ao sujeito no sentido da produção de mecanismos de significação.

A quebra de continuidade psíquica decorrente do trauma que denominamos fratura consiste em “um resto de natureza não simbolizável” (FARIAS, 2008, p. 101). Por esse motivo, os traços da experiência traumáticos são inscritos, mas não fixados, isto é, ficam sem serem significados. A não significação do traço da experiência traumática faz com que o excesso permaneça imutável.

Certamente nos referimos ao excesso para o qual há um investimento pulsional, como tentativa de elaboração da experiência traumática que escapa à representação. Na impossibilidade da elaboração, o rastro do trauma torna-se uma percepção recorrente, na qualidade de um signo, o qual não foi configurado como um traço de memória. Resto

indizível, mas não inoperante, que causa um grande custo subjetivo para o sujeito que se empenha em se desvencilhar dele.

Podemos estender a nossa compreensão no sentido de elucidar a atitude de pessoas que estiveram expostas em locais onde ocorreram eventos repressivos e, conseqüentemente, traumáticos. Observa Jelin (2001) que nessas circunstâncias as memórias são dinâmicas, mudando ao longo do tempo em uma lógica de manifestação e elaboração do trauma. Com isso, pode-se entender que a memória da experiência traumática não é um processo linear, cronológico ou racional, visto que a memória de um passado conflitivo tem momentos de maior nitidez e momentos de latência, de aparente esquecimento ou silêncio. Poderíamos mesmo recorrer a Seligmann-Silva (2006), quando afirma que em muitas situações traumáticas a memória construída é de caráter fragmentário e contém lacunas que dificilmente serão preenchidas.

Mesmo sendo de caráter fragmentário, temos um tipo de elaboração pelo qual o sujeito busca dar um sentido ao passado. Talvez seja um tipo de conciliação entre a desproporção da imaginação e o evento traumatizante. Nas palavras de Seligmann-Silva (2006, p. 210-211): “não que exista um limite técnico para se descrever um evento catastrófico. A questão é que, por um lado esta descrição será parcial, por outro, nunca poderá dar conta da experiência do sobrevivente”. Não queremos dizer com isso que o passado relativo a uma experiência traumática deva ser condenado ao esquecimento em sua totalidade, como se fosse interdita a sua representação e significação. Estamos salientando que, na experiência traumática, existem aspectos que não são mensuráveis e não são representados, de modo que alguma coisa do acontecido poderá ficar, para sempre, descoberta. Por isso, devemos considerar a memória como um processo dinâmico em construção e reconstrução contínuas. A elaboração da experiência traumática não deve ser compreendida como a ocorrência de um único ato psíquico, mas de uma série que pode conformar diferentes arranjos subjetivos, possibilitando ao sujeito diferentes alternativas de vida.

Nesse esteio, para pensar esse processo contínuo de construção da memória, recorreremos a Garcia-Roza (1995) em sua leitura de um fragmento do pensamento freudiano, quando concebe a constituição do psiquismo como um aparelho de memória. Essa interpretação corresponde principalmente à Carta 52, onde a memória é considerada como um conjunto articulado de inscrições, signos de percepções e representações que se distribuem em diferentes registros com suas lógicas próprias, constituindo aquilo que Freud (1900) chamou de aparelho psíquico em uma de suas elaborações mais importantes, *A Interpretação dos*

Sonhos. No pensamento freudiano, o aparelho psíquico relaciona-se com o funcionamento do sistema percepção-consciência e de traços mnésicos inconscientes, onde a consciência antecederia a memória (enquanto representação).

As representações constituem a materialidade do inconsciente. Como revela a correspondência com Fliess, a formalização desse lugar psíquico é muito anterior ao ano de 1900, no qual foi publicado *A Interpretação dos Sonhos*. Em setembro de 1895, Freud (1895) já havia produzido uma elaboração teórica, em *Projeto para Psicologia Científica*, onde apresenta esclarecimentos dessa construção. Conforme assevera nesse projeto, a memória antecede a consciência. A excitação sensorial que chega à percepção só se torna consciente após percorrer todo o sistema de memória, isto é, após passar por sucessivas elaborações.

Nesse contexto da obra freudiana já encontramos uma concepção de aparelho psíquico gerado com a função de dominar forças que podem afluir tanto do exterior quanto do interior. Quando o aparelho psíquico captura o excesso pulsional ele o transforma, inserindo-o no universo simbólico por meio das representações. Nessa obra, a memória é definida como a capacidade de um neurônio do sistema *psi*, ou um conjunto de neurônios, sendo constantemente modificado pela passagem de quantidades de excitação. É pela intensidade dessa quantidade de excitação que se constituirá uma memória. As marcas ou impressões se diferenciarão de acordo com a importância da impressão no aparato psíquico. São as barreiras de contato, descritas conforme o “grau de facilitação, ou seja, a memória está representada pelas facilitações existentes entre os neurônios *psi*” (FREUD, 1895, p. 348).

Uma nova noção de memória, diferente da apresentada no Projeto de 1895, é ampliada na Carta 52. Nela podemos encontrar um novo intento para a noção de memória, que estará sujeita a novos rearranjos, segundo novas articulações: os acontecimentos psíquicos são fixados na memória por intermédio dos traços mnêmicos, tornando-se uma “escritura” no psiquismo.

Nesse momento nos perguntamos: como as informações são retidas na memória? Certamente, memória e consciência são conceitos diferentes. Se o acúmulo de impressões fosse consciente, logo o aparelho de memória ficaria saturado e não poderia receber novas excitações. Em *Uma nota sobre Bloco Mágico*, Freud (1925) supõe que a consciência desaparece quando o investimento é retirado dela e os traços se inscrevem no inconsciente, estando sujeitos a um “rearranjo” – termo usado por Freud (1896) na Carta 52.

Entretanto, se ao escrever na folha transparente da superfície do bloco mágico o estilete sofrer demasiada força, ocorrerá ou uma junção entre as duas camadas (folha

transparente e papel encerado fino) ou uma ruptura. O exemplo do bloco mágico nos mostra que se uma força excessiva for feita sobre ele, não funcionará como deveria. A camada de celuloide funciona como um escudo protetor para o papel encerado e se o escudo protetor for rompido ocorrerá um dano nas outras camadas. É preciso que a quantidade de excitação seja mantida em um nível para que não ocorra uma fratura na memória.

Na Carta 52, Freud (1896) nos apresenta a noção de inscrição e um novo modelo de aparelho psíquico: a consciência se liga aos neurônios, onde se originam as percepções, mas não retém nenhum traço mnêmico. Já nos signos do sistema *psi* acontecem as primeiras inscrições das percepções, inacessíveis à consciência e onde ocorre o primeiro registro mnêmico. No registro do inconsciente ocorrem associações de causalidade que também são inacessíveis à consciência e ao registro do pré-consciente. É importante deixar claro que cada registro ordena o material psíquico de acordo com uma lógica. Caso ocorra uma falha na inscrição do material psíquico, é possível que isso se deva a algo que precisou ser recalçado, evitando assim o desprazer (defesa do aparato psíquico).

Essa concepção do aparato psíquico, no âmbito da clínica, fez Freud (1914) confrontar-se com uma dinâmica apresentada em *Recordar, repetir e elaborar*: trata-se do conceito de repetição, indicada como retorno do recalçado que, na verdade, são as experiências infantis repetidas. Não obstante, no âmbito da experiência clínica Freud se depara com um limite no método interpretativo, porque percebe que existe um processo muito mais compulsivo e diferente daquele da ordem do retorno do recalçado. Estes aspectos remetem a um limite teórico-clínico com respeito ao princípio do prazer centrado no modelo de representação. Esse cenário já aponta para uma virada no pensamento freudiano que vai aparecer em *Além do princípio do prazer*, no qual Freud (1920) volta sua atenção para neurose traumática e retoma a questão da dor. As neuroses traumáticas caracterizam-se por uma ruptura no escudo protetor do aparelho psíquico contra as excitações externas. Diante da ruptura, o aparelho psíquico é inundado por um excesso pulsional e este tem como tarefa conter a excitação para que não se configure um trauma.

Toda vez que ocorre uma falha nessa tarefa inicia-se um processo repetitivo e que não envolve nenhuma possibilidade de prazer: esse processo é denominado *compulsão à repetição*. Frente ao irrepresentável, o excesso pulsional fratura o aparelho psíquico, o qual aparece no texto freudiano a partir da virada de 1920, e torna-se elucidativo o entendimento de Seligmann-Silva (2000, p. 78) sobre de que maneira o aparato psíquico responde ao excesso que “não pode ser definido, exceto via uma afirmação geral sobre algo que deve ser

posto em frases, mas não pode sê-lo”. Por outro lado, salienta que não queremos afirmar com isso a total impossibilidade de representação da experiência traumática, pois é de fundamental importância entender que: “não que a experiência vivida seja indizível. Ela foi invivível” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 83). Se há algo na experiência traumática da ordem daquilo que é impossível de ser vivido, então estamos diante do núcleo duro dessa experiência. Nessas circunstâncias, resta ao sujeito produzir meios de vivê-la, na medida do possível, para minimamente elaborá-la. Resta alça-la à ordem do dizível, mesmo que seja em termos de mínimas filigranas.

Para explicar o funcionamento do aparelho psíquico fora da tendência do prazer, Freud (1914) utiliza-se do exemplo do trauma a partir das lembranças dos soldados que sobreviveram a catástrofe da Primeira Guerra Mundial. Esses sobreviventes traziam, em seus discursos, lembranças repletas de dor e sofrimento ou em cenas intrusivas que, constantemente, apareciam nos sonhos. Diante de sonhos que colocam o sujeito frente a situações desagradáveis ou que atenuam o sofrimento, foi possível a Freud reconhecer que nem todo sonho é uma realização de desejo, em termos da busca de satisfação, na medida em que esses sonhos evidenciam a existência da compulsão à repetição de uma experiência dolorosa, não contendo nenhuma possibilidade de prazer ou de elaboração para o sujeito. Com isso, abre-se um pórtico para se refletir sobre a repetição da experiência dolorosa como um recurso último empregado pelo sujeito na busca de uma solução.

Eis o que depreendemos, no contexto dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, no relato bibliográfico *Os afogados e os sobreviventes*, onde Primo Levi (2004, p. 9) aponta que essa compulsão a repetição, signo da experiência não elaborada, se passa da seguinte forma: “curiosamente, esse mesmo pensamento (‘mesmo que contarmos, não nos acreditarão’) brotava, sob a forma de sonho noturno, do desespero dos prisioneiros”. O autor ainda expressa o temor sofrido por alguns sobreviventes pelo fato de não encontrar alguém que quisesse escutar os relatos dos acontecimentos traumáticos vividos nos campos de concentração, pois essa recusa em ouvir os sobreviventes impossibilitaria não só a elaboração da experiência traumática como condenaria o sobrevivente à repetição mortífera do trauma. O fato de outro não permanecer indiferente ao relato traumático do sujeito que o vivenciou torna possível a construção de memória, tanto para produzir sentido acerca da história de sua espécie quanto de si próprio. Sendo assim, a produção de uma escrita representa uma possibilidade de elaboração do horror relativo a vivências de cunho catastrófico.

Nesse contexto surge um novo campo da literatura. A perseguição dos judeus no regime de Hitler, na Alemanha do Terceiro Reich, e as perseguições na América Latina e no restante do mundo por questões políticas e econômicas se tornam uma literatura testemunhal. Os sobreviventes dessas catástrofes iluminam retrospectivamente a história da literatura, destacando o elemento testemunhal das obras, cujo objetivo principal é servir tanto no campo jurídico quanto a uma forma de elaboração do horror vivido. Trata-se de provas que oferecem ao sujeito um destino ao sofrimento que sequer pôde ser experimentado: são experiências que sequer foram vividas e muito menos representadas ou dizíveis.

Por serem narrativas de cunho traumático, torna-se evidente que o essencial não pode ser apresentado de modo direto, pois o traumatismo psíquico causado por uma catástrofe expõe o homem a uma realidade difícil que o coloca em vulnerabilidade. Conforme salienta Seligmann-Silva (2003), o testemunho apresenta-se desde o início sob o signo simultâneo da necessidade e impossibilidade, pois diante da situação traumática, testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho, enquanto narração, testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de “cobrir” o vivido e “o real” com o verbal.

Diante dos relatos dos sobreviventes das duas grandes guerras surgiu uma nova compreensão à teoria do trauma. Constatou-se que esses sujeitos dificilmente conseguiam esquecer das situações insuportáveis que viveram ou relatar as experiências vividas no front. A esse respeito, vale situar o espanto de Benjamim (1994, p. 15) diante da mudez dos soldados da Primeira Guerra Mundial, que “tinham voltado silenciosos dos campos de batalha. Mais pobres em experiências comunicantes e não mais ricos”. As experiências vividas pelos humanos normalmente são incorporadas à sua história pessoal como um novo conhecimento de vida. Porém, durante a guerra, houve experiências muito traumáticas e fora do limite do suportável, como fome, medo e desamparo, diante das quais os soldados muitas vezes eram incapazes de formular sequer uma palavra sobre o visto e o vivido, pois estes não poderiam ser assimilados em palavras. Fica assim configurado o trauma tal como exemplificado no terror vivido pelos sobreviventes da guerra, sendo essa experiência algo da ordem daquilo que não é transmissível de geração a geração, por se tratar de uma experiência única e não simbolizável. Essa condição levou Benjamin a concluir que essas experiências traumáticas trariam o fim da narração tradicional, na qual as experiências de vida não são compartilhadas (o que seria um retorno à interiorização). Seligmann-Silva (2000), em seu texto *História como trauma*, usando um dos conceitos principais da obra freudiana, o trauma,

escreve que diante do evento traumático o sujeito desenvolve uma ferida na memória, e esclarece que:

[...] o trauma, para Freud, é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento transbordante, ou seja, trata-se da incapacidade de recepção de um evento que vai além dos limites da nossa percepção e torna-se para nós algo sem forma. Essa vivência leva posteriormente a uma compulsão à repetição da cena traumática. (p. 84).

Conforme Freud (1917) salienta, a experiência traumática é aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto acontece. Nesse contexto, o testemunho seria a narração não tanto desses fatos violentos, mas da resistência à sua compreensão. Passar por tais experiências tem suas consequências, especialmente no que concerne à possibilidade de elaboração, quando possível, dos vestígios de memória que são apreendidos em um dado momento de vida. Eis o que nos oferece Jelin (2001) como possibilidade de compreensão, ao argumentar que o sofrimento traumático pode impedir a vítima de sua comunicação, impedindo o testemunho, ou seja, a narração das memórias, por incapacidade de simbolização. A partir dessa dificuldade de se expressar deve-se considerar a importância do narrador e de quem o escuta atentamente. Somente pelo diálogo, construído sob a alteridade, é possível a superação do trauma. A ausência daquele que pode ser alçado à condição de testemunho de angústias, capaz de afirmar e reconhecer sua realidade, aniquilaria o relato. O testemunho como construção de memórias implica múltiplas vozes e verdades, também em silêncios e não ditos, sendo que esses silêncios podem estar relacionados com vazios traumáticos ou como maneiras de distanciamento do outro, por não desejar se expor, por vergonha ou por busca de dignidade.

A dinâmica psíquica e o trauma

Para explicar o funcionamento psíquico, não se pode deixar de considerar as situações evidenciadas pelo trauma, cujo paradigma é a neurose de guerra, caracterizada pela exposição do sujeito a situações extremamente violentas ocorridas no momento da experiência, fato bastante comum no período do final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Mas os efeitos devastadores de eventos catastróficos se estenderam para além dos escombros da Primeira Guerra e se multiplicaram até nossos dias, em forma de seitas extremistas, miséria, fome, não controle de doenças, entre outros. Não obstante, foge ao

escopo dessa reflexão enveredar pelos escombros produzidos por todas essas ocorrências, pois nossa atenção volta-se para um vívido relato de um sobrevivente dos campos de concentração, fábrica da morte inventada e posta em prática na Segunda Guerra Mundial.

Um dos aspectos mais intrigantes desse capítulo da história é, sem dúvida, o da “zona cinzenta” e que exemplifica a experiência traumática vivida por Primo Levi (2004) em Auschwitz. Esta constitui uma das lições transmitidas, em seu livro, e que recapitula uma parte do que sabemos sobre a catástrofe dos campos de concentração, seus “subterrâneos” e sobreviventes. O autor italiano, de origem judaica, foi entregue à Gestapo em fevereiro de 1944, sob o regime totalitário das leis raciais de Mussolini. A sua detenção em Auschwitz e a chance de sair com vida permitiram-lhe, tempos depois, escrever um testemunho e construir um olhar não apenas do comportamento dos carrascos alemães como também das vítimas, muitos delas inseridas na “zona cinzenta” da atitude colaboracionista com o inimigo. O olhar do autor sobre si mesmo, sobre seus companheiros de sofrimento e sobre os nazistas é o do sobrevivente intrigado em decifrar as nuances da experiência traumática, observada no abominável do colaboracionismo, onde vítimas e perseguidores se encontram do mesmo lado. Para tanto, descreve o teor dessa experiência da seguinte maneira:

[...] o interior dos campos era um microcosmos intrincado e estratificado: a zona cinzenta, a dos prisioneiros que, em qualquer medida, se calhar mesmo por bem, colaboraram com as autoridades, não era estreita, pelo contrário, constituía um fenômeno e importância fundamental para o historiador, o psicólogo e o sociólogo. Não há prisioneiro que não se lembre disso, e que não se lembre do seu espanto: as primeiras ameaças, os primeiros insultos, as primeiras pancadas não provinham dos SS, mas sim de outros prisioneiros, de “colegas” daquelas misteriosas personagens que no entanto vestiam a mesma túnica às riscas que eles, os recém chegados, acabavam de envergar. (LEVI, 2004, p. 205).

O aspecto mais incompreensível dessa experiência não consistiu no fato de os prisioneiros serem maltratados por seus carrascos, mas sim o fato de se engajarem em um processo de colaboração: um judeu aliava-se a um carrasco em um processo de desumanização e total ruptura de valores morais e quebra de laços de solidariedade. Eis o que moveu Primo Levi (1988) a indagar-se se nas circunstâncias em que, em um campo de concentração, o judeu que aliava-se a um carrasco alemão poderia ainda ser considerado um homem. Disso então deduzimos que toda experiência humana tem de ser pensada em termos de seu conteúdo. Quer dizer, diante da necessidade e do sofrimento, muitos hábitos são deixados de lado e muitos valores morais são reduzidos ao silêncio. Nessas circunstâncias, Primo Levi (1988, p. 89) afirma que “entre os homens existem duas categorias, particularmente bem definidas: a dos que se salvam e a dos que afundam”. Certamente, a vida

em um campo de concentração não ofereceu alternativas. Podemos afirmar que Primo Levi encontra-se na primeira categoria de homens, mas que só pode deixar o testemunho de ter estado nesse lugar, muito tempo depois da experiência.

Nesse sentido, podemos entender a narração da dor como algo que possibilita uma postura reflexiva do passado e a transmissão do testemunho. Podemos ainda dizer que a narrativa testemunhal é uma forma bastante diferente da tradicional, visto que o trauma inviabiliza o acesso do sujeito ao simbólico e funciona como um esforço do sujeito em conter a experiência de horror, tornando-se impossível de ser narrado pelas vias tradicionais devido ao excesso.

Focalizando ainda nosso olhar nos rastros da Primeira Guerra Mundial, constatamos que a elaboração freudiana da compulsão à repetição é uma forma de narrativa proveniente dos sobreviventes, que foge por completo a narrativa tradicional. Para esclarecer sobre essa questão Benjamin (1994) cita uma parábola na qual um pai, dono de um vinhedo, conta aos filhos que havia um tesouro enterrado nas vinhas. Com essa informação os filhos escavam o terreno das vinhas, mas nada encontram. Chegada a estação em que as uvas brotavam, nenhum vinhedo produziu tanto como o deles. Assim, os filhos compreendem que o tesouro se tratava da experiência adquirida. Benjamin mostra, com esta parábola, a importância da experiência que passa de geração para geração. O trauma vivido no horror da guerra impossibilita a narração tradicional, delineando a noção de uma narrativa feita nas ruínas. Sendo assim, a experiência aponta para uma temporalidade comum a várias gerações em uma transmissão compartilhada pela palavra. Após o fim da primeira guerra e com a volta dos soldados do front, Benjamin (1994) assinala algumas consequências a respeito do despedaçamento da narrativa: as pessoas começam a se preocupar em deixar sua marca nos objetos pessoais, como em iniciais bordadas em lenços, roupas etc., traduzindo, de certo modo, a marca de sua própria existência. É principalmente nesses acontecimentos que o autor percebe uma nova forma de narrativa mediada pelo simbólico.

Nos dez primeiros anos depois da Primeira Guerra Mundial muitos livros com histórias dos sobreviventes chegaram ao comércio literário. O teor desses livros consistia em narrativas pessoais dos sobreviventes da experiência devastadora da guerra que não foram transmitidas em relatos verbais. A impossibilidade de produção de relatos é proporcional à intensidade da experiência trágica da guerra que, na condição de catástrofe, configura-se como um excesso que invade o aparelho psíquico em montantes de energia que comprometem o funcionamento do aparelho de memória. Assim, essa experiência assume a dimensão de

uma experiência traumática com seu resto indizível. Esse resto indizível corresponde a um montante de intensidade que, incide em demasia no psiquismo, sem que haja tempo de absorção, quer dizer de elaboração. Essa interpretação encontramos em as *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, onde Freud (1933) define o trauma como uma experiência que traz ao psiquismo, em um período muito curto de tempo, uma excitação grande demais para ser absorvida. Como consequência a esse respeito, Seligmann-Silva (2008, p. 10) postula que aquilo que vem à tona, nos sobreviventes de grandes catástrofes, são fragmentos, “ou cacos de uma memória esmagada pela força das ocorrências que nunca chegam a se cristalizar em compreensão ou lembranças”, o que configura uma outra forma de funcionamento do aparato psíquico. A narrativa, composta de fragmentos, na concepção de Benjamim (1994), é um trabalho de religamento ao mundo. Narrar o trauma, nas palavras de Seligmann-Silva (2008) tem o sentido de renascer. Entretanto, o narrador irá encontrar dificuldade em traduzir em palavras o excesso vivido, uma vez que existe o inevitável diferencial entre o vivido e o dito.

Diante de todas as situações a que se encontra exposto, o homem tem que se haver com aquilo que ficou como resto sem sentido (signo de percepção recorrente, próprio da situação de choque que subsiste como uma vivência em presente contínuo), demonstrando assim a possibilidade de organização de recursos construtivos para o desencadear de situações em termos de futuro criativo. Assim, observa-se o deslocamento de quem se encontrou exposto ao choque de uma situação, do lugar de impotência causado pelo estado de desamparo ou pela violência da situação traumática. Frente a essas constatações é possível refletir sobre o viver do homem moderno, que nos coloca diante de questões como a produção de novos sintomas, ao qual ele teve que se habituar, mas não sem pagar um preço quando se trata dos caminhos obscuros que terá que percorrer sem a possibilidade de construir um saber a respeito do trauma. É nesse sentido que, para sobreviver, deverá se engajar no processo de construção de memória, tanto para produzir sentido acerca da história de sua espécie quanto de si próprio.

Conclusão

Conforme depreende-se do pensamento freudiano, uma experiência somente pode ser considerada traumática se não for totalmente assimilada enquanto acontece, seja porque o

sujeito encontra-se em um estado de vulnerabilidade ou porque aconteceu de forma inesperada, não possibilitando ao sujeito qualquer mecanismo de preparo.

A experiência traumática, por conter um núcleo da ordem do indizível, do irrepresentável, permanece como um corpo estranho que não se integra à cadeia de representações, ou seja, não se transforma em lembrança. Mantém-se, desse modo, na condição de uma imagem recorrente que não sofre qualquer desgaste com o passar do tempo por não ser alçada à condição de construção de memória. Por esse motivo, aqueles que passaram por uma experiência dessa natureza precisam de um tempo para que possam, quando possível, se dedicar a um tipo de escrita no sentido de produzir um testemunho daquilo que fora vivido. Quanto mais próximo o sujeito se encontra temporalmente da experiência, mais difícil será utilizar o recurso da busca de palavras para retratá-la. O silêncio não decorre da falta de ter uma experiência para narrar, mas da impossibilidade de fazê-lo por diferentes razões: empobrecimento, naquele momento, da capacidade de elaboração; dificuldade na utilização de lembranças e a luta para produzir qualquer tipo de afastamento de imagens atormentadoras que parecem atualizar a experiência do passado.

O testemunho seria a narração não tanto desses fatos violentos, mas da resistência ou da impossibilidade concernente à sua compreensão. Corresponde a um questionamento de quem o faz sobre o teor das experiências vividas, sobretudo, sobre as razões pelas quais tais ocorrências têm lugar. Seria, em última análise, a tentativa de produção de um sentido para o não-sentido presente em tais experiências, como bem são encontradas na literatura testemunhal. Passar por tais experiências tem suas consequências, especialmente, no que diz respeito à possibilidade de elaboração, quando possível, dos vestígios da memória que são apreendidos em um dado momento de vida.

Referências

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Obras Escolhidas, v. 1.

BUTLER, J. *Vida precária*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

FARIAS, F. R. Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, M. (org.) *As dobras da memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. *L'empire du traumatisme*. Paris: Flammarion, 2007.

FREUD, S. (1896). Carta 52. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. I.

_____. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. I.

_____. (1900). A interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. IV.

_____. (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XII.

_____. (1920). Além do princípio do prazer. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XXVIII.

_____. (1925 [1924]). Uma nota sobre o “Bloco Mágico”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XIX.

_____. (1937). Construções em análise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XXIII.

_____. (1930). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

FUKS, B. B. A cor da carne. In: RUDGE, A. M. (org.) *Traumatas*. São Paulo: Escuta, 2006.

GARCIA-ROZA, L. A. *Introdução à metapsicologia freudiana 2*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Espanha: Siglo Veintiuno, 2001.

LEVI, P. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. *Afogados e sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MAFFESOLI, M. *Essais sur la violence*. Paris: CNRS Éditions, 2009.

POLLAK, M. *L'expérience concentrationnaire*. Paris: Métailié, 1990.

RETTE, F. Le traumatisme: effets positifs et organisateurs. In: BRETTE, F.; EMMANUELLI, M.; PRAGIER, G. *Le traumatisme psychique*. Paris: PUF, 2005.

SELIGMANN-SILVA, M. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

_____. Reflexões sobre a memória, A história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, M (org.) *História, memória, literatura*. São Paulo: Escuta 2003.

_____. Escrituras da histórias e da memória. In: SELIGMANN-SILVA, M. (org.) *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006.

ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

**AN ARTICULATION BETWEEN THE CONCEPT OF TRAUMA AND THE
CONCEPT OF SOCIAL MEMORY: THE WORKING-THROUGH OF THE
TRAUMATIC EXPERIENCE**

ABSTRACT:

In this article is discussed the position of the subject in relation to the traumatic experience, considered in its integrating and disintegrating effects. To this end, we resort to the concept of trauma extracted from Freudian thought, as well as to its reformulations, to finally discuss the consequences of major social catastrophes in the sphere of the individual experience. We depart from the premise that the trauma is an excess of intensity that overflows in the psychism, breaking the limits of the representation, because it contains an unspeakable rest. It is concluded that by the production of a writing, among other possibilities, the survivor of a catastrophe may work-through a traumatic experience by the construction of memory, causing the shift of the condition of recurrent image to a representation.

KEYWORDS: Trauma. Violence. Catastrophe. Work-through. Social memory.

**UNE ARTICULATION ENTRE LES CONCEPTS DE TRAUMATISME ET
MEMOIRE SOCIAL: AN ELABORATION DE L'EXPERIENCE TRAUMATIQUE**

RÉSUMÉ:

Cet article présente la position du sujet par rapport à l'expérience traumatique, considérée dans ses effets d'intégration et de désintégration. Pour autant, on s'est appuyé sur la notion de traumatisme basée sur la pensée freudienne ainsi que sur ses reformulations pour finalement faire face aux conséquences des grandes catastrophes sociales dans le domaine de l'expérience individuelle. Nous partons de la présupposition que le traumatisme est un excès d'intensité qui déborde dans la psyché, en brisant les limites relatives à la représentation, ce qui explique pourquoi il contient un reste indicible. On conclut qu'à travers la production d'un écrit, entre autres possibilités, le survivant d'une catastrophe peut produire une expérience traumatique à travers la construction de mémoire tout en faisant le passage de condition d'image récurrente à la représentation.

MOTS-CLÉS:: Traumatisme. Violence. Catastrophe. Élaboration. Mémoire sociale.

Recebido em 22.10.2012

Aprovado em 01.11.2012

©2012 *Psicanálise & Barroco em revista*
www.psicanaliseebarroco.pro.br
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.
Memória, Subjetividade e Criação.
www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php
revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista